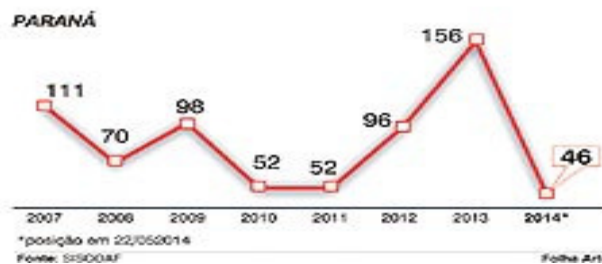
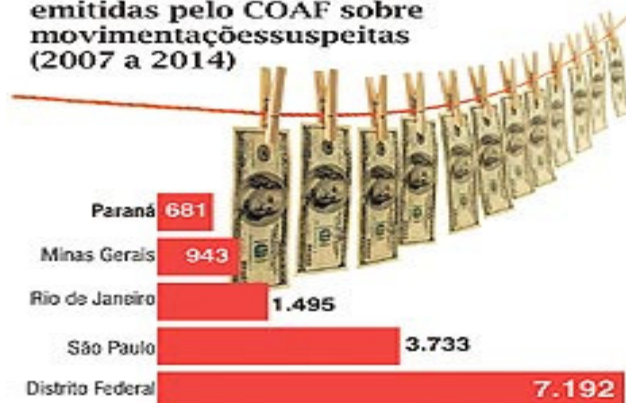


Triplicam relatórios sobre suspeitas de lavagem de dinheiro

INVESTIGAÇÃO APERTA

Relatórios de inteligência financeira emitidas pelo COAF sobre movimentações suspeitas (2007 a 2014)



Paraná é o quinto estado que mais gera documentos emitidos quando o Coaf identifica operações financeiras fora do padrão

O Paraná registrou 200% de aumento nos relatórios de inteligência financeira emitidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) quando há operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

De acordo com levantamento do órgão - ligado ao Ministério da Fazenda, foram 156 relatórios emitidos em 2013 contra 52 em 2011. No ranking dos estados que mais geram relatórios desde 2007, o Paraná está em quinto lugar, atrás apenas do campeão Distrito Federal seguido de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O maior ou menor volume de notificações, conforme explicou o diretor de análise e fiscalização do Coaf, Antônio Carlos Ferreira de Souza, relaciona-se com o Produto Interno Bruto (PIB) de cada estado.

Os documentos são emitidos sempre que operações financeiras consideradas suspeitas são identificadas pelo sistema. Ferreira esclareceu que bancos, corretoras e cooperativas de crédito são obrigados a comunicar todas as operações em dinheiro vivo acima de R\$ 100 mil. Também notificam operações que consideram fora do padrão do cliente, como por exemplo a

movimentação de recursos muito superiores à renda e aos valores usualmente presentes na conta corrente. "Quando a instituição financeira não consegue encontrar justificativa para a movimentação, envia para o Coaf, que cruza a informação com um banco de dados. Se não são encontradas explicações, geramos o relatório de inteligência financeira, que é enviado para Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais e Polícia Federal", esclarece.

São estes relatórios que, muitas vezes, dão início às investigações sobre lavagem de dinheiro. Este termo, tão presente nos noticiários, nada mais é do que "dar aparência lícita a valores ilícitos", conforme explicou o diretor.

Setores ligados ao mercado de bens de luxo ou de alto valor, cartões de crédito, joias, pedras ou metais preciosos e objetos de arte ou antiguidades, entre outros, também são obrigados a comunicar operações ao Coaf.

O advogado Douglas Bonaldi Maranhão, professor de Direito Penal na Universidade Estadual de Londrina (UEL), explica que com a lavagem de dinheiro o criminoso não visa o lucro, mas sim a efetiva ocultação ou dissimulação da origem ilícita do bem ou valor.

Maranhão esclarece que este tipo de crime está diretamente ligado ao processo de globalização da economia, o que torna mais complexa a identificação. A Lei 9.613/1998, que dispõe sobre o crime de lavagem de dinheiro, passou por mudanças em 2013. Uma delas é ampliação do rol das condutas antecedentes que serviriam de caminho para a obtenção de bens e valores ilícitamente.

"A lei anterior admitia apenas as condutas definidas como crimes e, dentre essas, especificava quais seriam consideradas como conduta antecedente, trazendo um rol expresso. Após a alteração, o legislador utilizou a expressão 'infração penal', que engloba não só os crimes mas também as contravenções penais, tornando mais amplas as hipóteses de condutas que antecedem à lavagem", analisou. O advogado ressaltou que o crime de lavagem de dinheiro é punido com pena de reclusão de três a dez anos e multa.

Por Carolina Avansini

Fonte: FolhaWeb.com – 02.06.2014

Joaquim Barbosa: popular ou populista?

Por força da parábola "A tábua e os pregos" se sabe que uma ferida verbal (uma ofensa) é tão maligna para a alma como uma agressão física. Quando você ofende alguém, ficam as marcas. Você pode enfiar uma faca em alguém e depois retirá-la. Não importa quantas vezes você peça desculpas, a cicatriz ainda continuará lá. Joaquim Barbosa, que disse que vai deixar em breve a magistratura, foi um juiz independente e corajoso, mas deixa cicatrizes profundas nas almas de todas as pessoas que foram vítimas das suas temperamentais ofensas. Muitos vão comemorar sua saída; outros irão lamentar profundamente. Para alguns ele já vai tarde; para muitos ele fará muita falta na desprestigiada magistratura brasileira. De qualquer modo, para quem nunca acreditou na punição dos poderosos no Brasil, JB se mostrou, especialmente no julgamento do mensalão do PT, um exemplo de juiz autônomo e idealista.

Precisamente porque fugiu do figurino demarcado pelo exercício do poder no Brasil, JB se tornou o mais popular julgador do país (de todos os tempos). Jamais um juiz da Suprema Corte foi tão adorado, mas, ao mesmo tempo, tão odiado, inclusive pelos seus colegas de tribunal, pelo seu irascível temperamento, pela sua incapacidade de dialogar, de buscar consensos. Penso que a melhor comparação para se definir JB é com Ayres Britto. A personalidade de ambos encaixa-se na demarcação esquadrinhada por Nietzsche, no final do século XIX, que distinguia duas morais: a nobre (aristocrática) e a plebeia (rancorosa). São duas escalas de valores completamente opostas: guerras nobres, aventuras, a dança, os jogos, os exercícios físicos, a poesia, o diálogo, a

busca de consenso, as atividades robustas, livres, alegres: isso tudo faz parte da moral nobre, que não tem nada a ver a moral rancorosa, ressentida, odiosa, vingativa, impotente etc.

JB se mostrou independente porque não compactuava com os grandes conchavos entre os donos do poder (elites econômicas e políticas), terrivelmente perniciosos para os interesses da nação. Mas ao mesmo tempo maltratava os advogados assim como seus pares, mostrando-se muitas vezes (como diz a mídia compartilhada) um imbatível “barraqueiro”, identificando-se nessas horas com o pensamento ressentido das massas rebeladas. Daí, aliás, seu prestígio grandioso perante as massas de todas as classes sociais. Respeitando-as, sabiamente decidiu não ingressar na política partidária, que não é mesmo a sua praia (como disse FHC). A política não é o locus adequado para quem gosta de tomar decisões sozinho, sem apego, muitas vezes, às formas e solenidades (como fez no mensalão, ao não separar o julgamento dos que não tinham foro privilegiado, negando-lhes o duplo grau de jurisdição, assegurado pelo sistema interamericano de direitos humanos).

JB, que mandou para a cadeia quem violou as bases sagradas da democracia, comprando votos de parlamentares venais e corruptos, se tornou extremamente popular justamente porque conta com perfil populista. Nunca titubeou, mesmo como magistrado ou presidente da Corte, em performar para as massas, usando inclusive gestos e linguagem inteligíveis por elas. Nessa arte mostrou-se insuperável. Proferiu votos importantes (quando aprovou o aborto anencefálico, por exemplo), mas nunca deixou de se mostrar agressivo, autoritário e deselegante em suas manifestações. Ficará para a memória do tempo como um juiz controvertido, sem meio termo: tanto quanto todos os populistas da história (Getúlio, Jânio, Peron etc.), sempre será amado por alguns e odiado por outros (sobretudo pelos que ainda não curaram as cicatrizes nas suas almas dilaceradas pelas ofensas barbosianas).

Publicado por Luiz Flávio Gomes – Para o JusBrasil – 31.05.2014

Advogado escreve receita de pamonha na petição para provar que juiz não lê os autos

Quando eu via as notícias de que um estudante havia escrito o modo de preparo de um macarrão instantâneo na redação do ENEM eu achei que seria o máximo que alguém poderia fazer, mas aí um cara escreveu o hino do Palmeiras.

Em um delírio, eu pensei, será que algum advogado, um dia teria coragem de escrever isso em uma petição?

TERIA!

Um advogado que obviamente pediu para não ter o seu nome revelado, nos enviou esta petição em que ele prova por A + B que juiz não lê jurisprudência!

Sim meus amigos, ele escreveu uma receita de pamonha na petição... E PASSOU BATIDO PELO JUIZ!

Veja:

Por fim, há de se destacar que as alegações de coação não devem ser consideradas, pois o erro, para tornar anulável o negócio jurídico, precisa ser substancial, ou seja, deve se referir à natureza do ato ou aos seus elementos essenciais.

Reforçando o que já fora exaustivamente apresentado, a jurisprudência possui o seguinte entendimento acerca da efetiva demonstração da coação:

“A declaração de vontade é viciada pela coação se esta for séria, grave, atual, injusta e motivadora do ato. CC , art. 151 (CC/1916 , art. 98). *Senhores julgadores, espero que entendam o que faço nestas pequenas linhas, e que não seja punido por tal ato de rebeldia, mas há tempos os advogados vem sendo desrespeitados pelos magistrados, que sequer se dão ao trabalho de analisar os pleitos que apresentamos. Nossas petições nunca são lidas com a atenção necessária. A maior prova disso, será demonstrada agora, pois se somos tratados como pamonhas, nada mais justo do que trazer aos autos a receita desta tão famosa iguaria. Rale as espigas ou corte-as rente ao sabugo e passe no liquidificador, juntamente com a água, acrescente o coco, o açúcar e mexa bem, coloque a massa na palha de milho e amarre bem, em uma panela grande ferva bem a água, e vá colocando as pamonhas uma a uma após a fervura completa da água, importante a água deve estar realmente fervendo para receber as pamonhas, caso contrário elas vão se desfazer. Cozinhe por mais ou menos 40 minutos, retirando as pamonhas com o auxílio de uma escumadeira. A coação deve ser cabalmente comprovada nos autos. Na hipótese, a prova dos autos não fundamenta o acolhimento do pedido de invalidade do negócio jurídico. Rejeitaram a preliminar. Apelação não provida. (Apelação Cível N° 70051219376, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Cezar Muller, Julgado em 07/02/2013)”*

Isto posto, diante dos fatos narrados, não devem prevalecer os pedidos aduzidos em petição inicial.

Como a letra tá pequena, eu vou transcrever o que está escrito: “Senhores julgadores, espero que entendam o que faço nestas pequenas linhas, e que não seja punido por tal ato de rebeldia, mas há tempos os advogados vem sendo desrespeitados pelos magistrados, que sequer se dão ao trabalho de analisar os pleitos que apresentamos. Nossas petições nunca são lidas com a atenção necessária. A maior prova disso, será demonstrada agora, pois se somos tratados como pamonhas, nada mais justo do que trazer aos autos a receita desta tão famosa iguaria. Rale as espigas ou corte-as rente ao sabugo e passe no liquidificador, juntamente com a água, acrescente o coco, o açúcar e mexa bem, coloque a massa na palha de milho e amarre bem, em uma panela grande ferva bem a água, e vá colocando as pamonhas uma a uma após a fervura completa da água, importante a água deve estar realmente fervendo para receber as pamonhas, caso contrário

elas vão se desfazer. Cozinhe por mais ou menos 40 minutos, retirando as pamonhas com o auxílio de uma escumadeira.”

Fonte: Não entendo direito.com 27.05.2014

Menos impostos, mais empregos

Governo torna permanente desoneração da folha de pagamentos de 56 setores da economia. Iniciativa de baratear a mão de obra surge em boa hora e agrada aos empresários

Izabelle Torres

Às vésperas do início da campanha eleitoral, a presidenta Dilma Rousseff e sua equipe econômica tentam reduzir a resistência de empresários ao projeto de reeleição. Na semana passada, um importante passo foi dado pelo governo em sinal de boa vontade com antigas reivindicações da indústria. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, convocou a imprensa para comunicar que a desoneração da folha de pagamentos de 56 setores da economia será uma política permanente e vai se transformar em lei – uma medida correta e aguardada com ansiedade pelo empresariado. Na prática, a decisão substitui a cobrança de 20% da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento por uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento bruto das empresas. A renúncia fiscal do governo com a medida vai superar os R\$ 21 bilhões em 2014. O valor é quase igual ao gasto do maior programa social do governo, o Bolsa Família, que vai consumir quase R\$ 24 bilhões neste ano.

Apesar do alto custo, a iniciativa do governo é mais do que válida. O argumento defendido na última terça-feira 27 em reunião de representantes da indústria com a presidenta Dilma Rousseff é que a medida implementada gradativamente desde 2011 vem cumprindo os objetivos principais de redução do número de demissões e aumento da formalização dos empregos. Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendado pelo Ministério da Fazenda e divulgado no início deste ano, o otimismo com os resultados da desoneração se justifica em números. Os setores que foram inicialmente beneficiados pela mudança na tributação – especialmente os de calçados, vestuário e tecnologia da informação – aumentaram em média 1,2% o número de empregos durante o primeiro ano de redução dos impostos, além de a desoneração ter contribuído em 0,17% para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do País no período de um ano.

Diante dos números favoráveis, o ministro da Fazenda prepara o texto a ser enviado ao Congresso tornando a desoneração permanente. Durante a discussão da matéria é possível que pequenos empresários peçam para que a mudança de tributação seja opcional. Também podem questionar sobre um possível rombo que essa desoneração pode causar nas contas do Instituto de Previdência Social (INSS). Mas o governo garante estar preparado para o debate. O Planalto acredita que a demanda das empresas que gastam pouco com mão de obra não irá sensibilizar o plenário, uma vez que elas tercerizam mais do que contratam, o que atrapalha as metas de criação de empregos formais. Em relatório que será enviado aos parlamentares, o governo também irá assegurar que o Tesouro compensará os prejuízos da Previdência e evitará que a população sofra qualquer consequência com a medida. “Não acreditamos na dificuldade para aprovar essa proposta no Congresso. Especialmente quando todos os detalhes sobre a desoneração forem esclarecidos”, afirma o ministro Guido Mantega.

ALGUNS DOS SETORES BENEFICIADOS COM A DESONERAÇÃO



O otimista de Mantega ancora-se, principalmente, numa pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em janeiro deste ano. O levantamento mostrou que 96% dos empresários consideram a medida altamente positiva e nada menos do que 91% garantem que desonerar os gastos com a previdência dos funcionários garantiu melhorias no fluxo de caixa das empresas. “Os setores empregaram mais do que aqueles que não tiveram esse benefício. É uma das razões pelas quais o Brasil continua com baixíssimo desemprego. Também ouvimos os empresários dizendo que, a partir dessa desoneração, empresas brasileiras ganharam concorrências internacionais”, disse o ministro, ao justificar a decisão do Planalto.

Na verdade, o governo se prepara para defender um importante projeto em um cenário que requer posturas cada vez mais ofensivas e urgentes. Mesmo diante das boas perspectivas da indústria com a desoneração, as empresas brasileiras vêm perdendo posições de competitividade no mercado mundial. De acordo com pesquisa divulgada no último dia 22 pelo International Institute for Management Development (IMD), escola de negócios da Suíça, o Brasil recuou três posições no ranking de empresas competitivas em relação ao levantamento do ano passado. O País ficou em 54º lugar entre as 60 nações avaliadas, ficando à frente apenas de Argentina, Venezuela, Eslovênia, Bulgária, Grécia e Croácia.

A queda acumulada nos últimos anos mostra que, apesar da desoneração das folhas de pagamento implementada desde 2011, o problema de competitividade das empresas brasileiras vai além dos gastos com a previdência dos trabalhadores. Isso não reduz o mérito da iniciativa do governo de baratear a mão de obra de segmentos que empregam muitos funcionários como forma de estancar o ritmo de demissões e aumentar a formalização dos empregos. Tornar de provisória a permanente uma medida louvável, sem dúvidas, é um excelente começo.

FONTE: Nº Istoe independente.com - Edição: 2323 | 30.Mai.2014

Espanha: FMI quer mais privatizações e redução de salários

Em seu mais recente Informe, o Fundo Monetário Internacional exige que a Espanha amplie o programa de privatizações na área de serviços, facilite ainda mais as demissões de trabalhadores (torne mais barato) e reduza os salários do funcionalismo.

No documento, o FMI parabeniza o governo de Mariano Rajoy pelos cortes realizados nas aposentadorias, na saúde e na educação, além dos investimentos do Estado para sanear o setor bancário. Considera positiva a reforma trabalhista que está sendo aplicada pelo governo, precarizando o trabalho.

Mas o documento exige que Rajoy amplie as privatizações dos serviços públicos, reduza os salários do funcionalismo e eleve os impostos indiretos.

Fonte: Informativo semanal Nº 551 – 01.06.2014 - Por Ernesto Germano

Prostituição e drogas no cálculo do PIB

Isto é que é “mágica”! O governo britânico encontrou uma forma “milagrosa” para fazer o PIB crescer: as receitas geradas pela prostituição e pelo tráfico de droga no Reino Unido vão ser integradas no cálculo do PIB. Isto poderá representar um crescimento de 10 bilhões de libras!

O instituto de estatística britânico divulgou, na quinta-feira (29), as suas estimativas e calcula que a prostituição faça aumentar o PIB em 5,3 bilhões de libras (6,5 bilhões de euros) e o tráfico de droga em 4,4 bilhões de libras (5.4 bilhões de euros). E o mais curioso é que a inclusão dessas atividades ilegais no PIB está prevista nas regras europeias, com o objetivo de comparar as economias dos Estados-membros da União Europeia.

O número de prostitutas no Reino Unido está estimado em 58 mil e o dos seus clientes semanais entre 20 a 30.

Fonte: Informativo semanal Nº 551 – 01.06.2014 - Por Ernesto Germano

União Econômica Euroasiática!

Enquanto EUA e UE correm para firmar um tratado de livre comércio, o acordo para a criação da União Econômica Euroasiática, envolvendo Cazaquistão, Rússia e Bielorrússia já está pronto para ser assinado pelos três presidentes, segundo declaração do presidente russo, Vladimir Putin.

“A União Econômica Euroasiática será regida por princípios transparentes e claros para todos, incluindo a Organização Mundial do Comércio – OMC” disse Putín ao anunciar o acordo diante do Conselho Supremo Econômico Euroasiático. E destacou que o documento eleva os três países a um novo nível de integração, mas conserva a soberania. Vale lembrar que Cazaquistão, Rússia e Bielorrússia produzem 85% do PIB da região.

“Criamos hoje um potente e atrativo centro de desenvolvimento econômico, um importante mercado regional que reúne 170 milhões de pessoas. Nossa união conta com enormes reservas de recursos naturais (...), em particular com a quinta parte das reservas mundiais de gás natural e quase 15% das reservas de petróleo”, disse Putin.

Fonte: Informativo semanal Nº 551 – 01.06.2014 - Por Ernesto Germano

O labirinto de Obama na Ucrânia

Obama e seus comparsas na União Europeia promoveram e financiaram um golpe de Estado na Ucrânia. O objetivo era bem claro: levar a OTAN para a fronteira com a Rússia e, ao mesmo tempo, enfraquecer internamente Vladimir Putin, além de passar a ter controle sobre o gás que é exportado para a Europa. Mas o tiro saiu pela culatra.

Horas de pois do golpe, toda a região da Crimeia se rebelou e declarou independência, voltando a fazer parte da Rússia! Outras regiões ao leste da Ucrânia, com maioria de cidadãos de língua russa, também se rebelaram. Lugansky e Donetsk realizaram, no dia 11 de maio, referendos de autodeterminação, anunciando a independência da Ucrânia e a aproximação com a Rússia. Nas duas regiões houve total boicote às eleições ucranianas realizadas no dia 25 de maio.

Nas eleições presidenciais patrocinadas por Obama, saiu vitorioso Piotr Poroshenko, um magnata local conhecido como o “rei do chocolate”. No dia seguinte o governo de Kiev ampliou a repressão contra as regiões rebeldes, mas foi derrotado em várias frentes, com muitos soldados sendo prisioneiros das milícias populares.

Agora, pela notícia divulgada na sexta-feira (30), o governo ucraniano está propondo uma “negociação” com as regiões separatistas. Vamos aguardar para ver qual o novo golpe.

Fonte: Informativo semanal Nº 551 – 01.06.2014 - Por Ernesto Germano

PIB dos EUA cai 1%.

O PIB (Produto Interno Bruto) dos EUA caiu 1% no primeiro trimestre de 2014, de acordo com dados divulgados na quinta-feira (29) pelo Departamento de Comércio. É a primeira vez que ocorre uma retração em três anos.

Os analistas já aguardavam uma desaceleração na economia dos EUA, mesmo que menor que a registrada. A diminuição foi causada, entre outros motivos, por um déficit comercial maior que o previsto e fatores climáticos. Por isso, economistas afirmam que a queda é “temporária”.

Fonte: Informativo semanal Nº 551 – 01.06.2014 - Por Ernesto Germano

Filiado a:

